



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

**TERMO DE COMPROMISSO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA FINS DE
OPERACIONALIZAR A TRANSFERÊNCIA DE PARCELA DOS
DEPÓSITOS JUDICIAIS, NOS TERMOS DA LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 151/2015.**

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 08, n.º 1000, Bairro centro, Itapagipe, MG, CEP 38.240-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 21.226.840/0001-47, neste ato representado pela Prefeita Municipal, senhora **BENICE NERY MAIA**, brasileira, casada, Bacharel em Direito, portadora da CI n.º MG-1.761.433, expedida pela PC/MG, em 15/03/2016, inscrita no CPF sob o n.º 406.365.426-53, residente e domiciliada na Rua 20, n.º 1465, Bairro Jardim Castro, Itapagipe/MG, CEP 38.240-000 e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede na Avenida Afonso Pena, n.º 4.001, Bairro Serra, Belo Horizonte, MG, CEP 30130-924, CNPJ/MF 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, **DESEMBARGADOR HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO**, RG M-1.704.694 SSP/MG e CPF 484.915.356-91.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 05 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG**;

CONSIDERANDO, por fim, a decisão monocrática proferida pelo Conselheiro Lélío Bentes Corrêa, ratificada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências n. 0005051-94.2015.2.00.0000, por meio da qual determinou que os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, “ao celebrar Termos de Ajuste de Compromisso com o escopo de liberar a transferência de recursos oriundos de depósitos judiciais para as contas dos Tesouros dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, guardem a devida observância aos requisitos erigidos no art. 7º da Lei Complementar nº 151/2015, abstendo-se de firmar Termos que importem a possibilidade de aplicação de tais recursos fora das hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV do referido dispositivo de lei, ou sem a devida observância da prioridade ali assegurada ao pagamento de precatórios de qualquer natureza”;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir expostas:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto operacionalizar a transferência de 70% (setenta por cento) do valor atualizado dos depósitos referentes aos processos judiciais em que o **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** figure como parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE DA TRANSFERÊNCIA

Sendo certo que o montante dos depósitos vinculados ao **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** atinge, atualmente, **R\$ 473.305,21 (quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e cinco reais e vinte e um centavos)**, de acordo com a informação do Banco do Brasil, datada de 16/11/2017, e a dívida total de precatórios do mesmo ente público corresponde a **R\$ 533.392,29 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)**, conforme certidão emitida pela Assessoria de Precatórios deste Tribunal, em 21/11/2017, o valor a ser transferido será destinado, **prioritariamente**, ao pagamento da integralidade dos precatórios, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências n. 0005051-94.2015.2.00.0000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** se compromete a:

- I – instituir e manter na instituição financeira responsável pelo repasse das parcelas o **fundo de reserva** de que trata o art. 3º da Lei Complementar federal nº 151/2015, cujo saldo não poderá ser inferior a 30% do valor total dos depósitos, acrescidos da remuneração que lhes foi atribuída;
- II – autorizar expressamente a destinação automática ao fundo de reserva do valor correspondente à parcela dos depósitos judiciais mantida na instituição financeira, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 151/2015, condição esta a ser observada a cada transferência recebida, na forma do art. 3º da referida Lei Complementar;
- III – autorizar a movimentação do fundo de reserva para os fins do disposto nos arts. 5º e 7º da Lei Complementar federal nº 151/2015;
- IV – recompor o fundo de reserva, em até 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação da instituição financeira, sempre que o seu saldo estiver abaixo dos limites estabelecidos no § 3º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 151/2015;
- V – cientificar os juízos responsáveis pelos depósitos judiciais acerca da celebração deste Termo de Compromisso, mediante o envio de cópia do presente instrumento, dando, ainda, ciência do ato à instituição financeira custodiante dos depósitos.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se compromete a:

I – dar ciência à instituição financeira custodiante dos depósitos acerca da celebração deste termo, para que o montante passível de transferência, após o cumprimento dos demais requisitos legais, **seja depositado na conta judicial destinada ao pagamento de precatórios, à disposição do Tribunal;**

II – realizar, ato contínuo, por intermédio de sua Assessoria de Precatórios, o pagamento imediato dos precatórios judiciais de qualquer natureza, na forma da lei, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências n. 0005051-94.2015.2.00.0000.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA

Os repasses ao **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** serão suspensos na hipótese de descumprimento da obrigação de recomposição do fundo de reserva, nos termos do artigo 9º, *caput*, da Lei Complementar federal nº 151/2015.

Parágrafo primeiro – O descumprimento por 3 (três) vezes da obrigação de recomposição do fundo de reserva implicará a exclusão do **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** da sistemática instituída pela Lei Complementar federal nº 151/2015, no termos do seu art. 9º, parágrafo único.

Parágrafo segundo – Ocorrendo a exclusão de que trata o parágrafo anterior, a quantia já transferida ao **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, com os seus acréscimos, deverá ser restituída à instituição financeira custodiante dos depósitos judiciais no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO BLOQUEIO DE VALORES

Caso inexista saldo no Fundo de Reserva para o cumprimento da ordem judicial de levantamento de valores, na forma que dispõe o art. 8º da Lei Complementar federal nº 151/2015, ou na hipótese de não atendimento à determinação de restituição derivada da exclusão prevista no parágrafo segundo da Cláusula Quinta deste Termo, o órgão jurisdicional responsável pelo depósito judicial bloqueará, por meio eletrônico, nas contas mantidas pelo **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** em instituições financeiras, o numerário suficiente para fazer frente ao adimplemento das obrigações.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE

O presente Termo deverá ser publicado pelo **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, em veículo oficial adotado pelo ente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura, devendo, ainda, ser encaminhada ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, para conhecimento, cópia autenticada do presente Termo de Compromisso, até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes comprometem-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos partícipes e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE
BENICE NERY MAIA
PREFEITA MUNICIPAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DESEMBARGADOR HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
PRESIDENTE

Testemunhas:

1) _____
Nome: Maurício de Jesus Ribeiro Souza
CPF: 585.949.816-00

2) _____
Nome: Roberta Barbosa de Moura
CPF: 085.289.996-37